

Novo administrador promete conter abusos

Brasília Jamil Bittar 25/8/97

ANA MARIA CAMPOS

O novo administrador regional de Brasília, Antônio Gomes, tomou posse ontem com a promessa de adotar como principal bandeira de trabalho a preservação do tombamento de Brasília. "Essa será a nossa marca, vamos conter abusos contra o projeto original da cidade", assegurou.

Apesar de ser amigo do governador Joaquim Roriz (PMDB), Antônio Gomes assumiu a nova função por indicação do PFL. Na semana passada, o presidente regional do partido, deputado Paulo Octávio, e toda a Executiva decidiram aceitar um convite do governador, para que o PFL se aliasse à base de sustentação do governo. Na ocasião, o PFL entregou a Roriz uma resolução em que pontuou os principais itens do programa do partido. "A preservação de Brasília é nossa prioridade", diz Paulo Octávio. "A administração regional será nossa vitrine em defesa da cidade", afirma o deputado que é casado com Ana Christina, uma das netas do ex-presidente Juscelino Kubitschek, o fundador de Brasília.

Procurador aposentado do Ministério Público do Distrito Federal, o novo administrador, Antônio Gomes, exercia até ontem o cargo de ouvidor-geral do governo, uma central de recebimento de reclamações, críticas e sugestões da população. Essa função foi repassada a outro integrante do PFL, o engenheiro João Jacques. O ex-administrador de Brasília, Leônico Carneiro, passa a trabalhar no gabinete do governador, como secretário-adjunto de Governo.

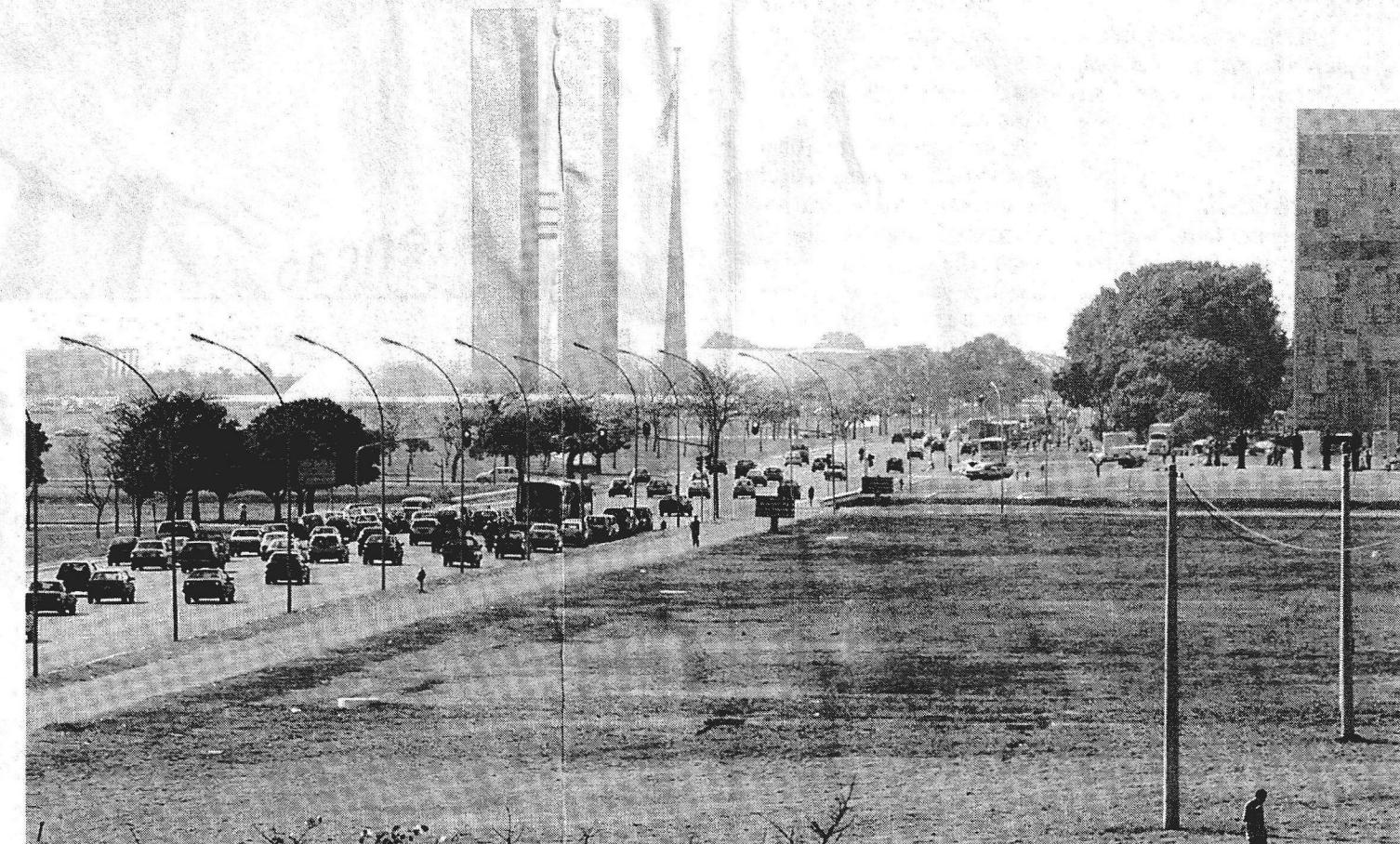
Antônio Gomes ressalta que

pretende trabalhar em parceria com o Ministério Público, ouvindo os promotores e procuradores em todas as suas ações. Também promete agir de acordo com as determinações do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

Na largada de sua administração, uma das principais medidas será retirar os camelôs instalados no Setor Comercial Sul, conforme decisão da Justiça. "Não posso permitir essa ilegalidade. Faremos uma grande ação de governo para retirá-los, com o apoio da Secretaria de Segurança Pública", adianta.

Entre as suas prioridades está também a regulamentação da utilização de propagandas na área tombada. Por conta disso, ele pretende analisar todo o Plano Diretor de Publicidade do Plano Piloto, elaborado pela secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Ivelise Longhi, e encaminhado pelo governador à Câmara Legislativa, no início de fevereiro. "Vou acompanhar todo o processo de aprovação do projeto, conversar com os deputados e apresentar propostas, se for necessário", afirma Gomes.

No primeiro dia de trabalhos dos deputados distritais deste ano, Paulo Octávio deu mostras de que adotaria como bandeira a preservação de Brasília. Ele compareceu à solenidade como convidado, mas fez um discurso que não agradou os parlamentares. Criticou projetos aprovados na casa que mudam a destinação de terrenos, na área tombada em 1987, por legislação federal. O deputado federal também reclamou da aprovação de proposta que desfiguram o plano original de Brasília, elaborado pelo urbanista Lúcio Costa.



Apesar de dizer que respeita o tombamento do Plano Piloto de Brasília, o governo quer liberar construção de coberturas

Proibir coberturas é primeiro desafio

Um dos principais defensores do tombamento de Brasília, o arquiteto Carlos Magalhães, dá um voto de confiança ao novo administrador de Brasília, Antônio Gomes. Mas faz um desafio: "Se ele tiver mesmo poder e intenção de defender Brasília, não permitirá que o governo recorra da decisão judicial que proíbe a construção de coberturas nos prédios do Plano Piloto".

Na quinta-feira, o juiz Francisco da Cunha Neves, da 16ª Vara da Justiça Federal concedeu sen-

tença favorável a uma ação popular movida por Magalhães em parceria com o arquiteto Oscar Niemeyer - autor do projeto arquitetônico da cidade - contra a construção de coberturas nos prédios da Asa Sul e Norte. O governo tem 30 dias para recorrer ao Tribunal Federal de Recursos (TRF).

Os dois arquitetos sustentam que a construção de coberturas fechadas no topo dos prédios de seis andares configura um sétimo pavimento, o que contraria o Plano Ori-

ginal de Brasília, elaborado pelo urbanista Lúcio Costa.

A aprovação de uma lei de autoria do deputado distrital José Edmar em 1999, então líder do governo na Câmara Legislativa, foi um dos motivos alegados por Magalhães para se afastar do Conselho Técnico de Preservação de Brasília.

No início do governo, Roriz criou tal conselho para combater as agressões à área tombada em 1987, por lei federal. No ano passado, Magalhães decidiu deixar o órgão

por avaliar que o governador não estava atendendo às deliberações dos conselheiros. Magalhães fez também duras críticas ao antigo administrador, Leônico Carneiro, que na sua ótica, não defendia o tombamento de Brasília.

Agressões ao Plano Original da cidade também foram objeto de diversas denúncias do Ministério Público. Na lista de críticas dos promotores e procuradores estão invasões de áreas públicas e mudanças de destinação de terrenos. (A.M.C.)